INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A.

CNPJ: 94.831.294/0001-47

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	19.402	9.894
Contas a receber de clientes	38.002	34.911
Estoques	1.299	3.626
Impostos a recuperar	4.249	273
Outros ativos	1.040	752
Total do ativo circulante	**63.992**	**49.456**
NÃO CIRCULANTE		
Impostos diferidos	2.089	-
Outros ativos	-	972
Deposito Judicial	348	-
Investimentos	1.270	918
Imobilizado	25.540	26.225
Intangível	167	41
Direito de Uso de Ativos Arrendados	6.089	5.799
Total do ativo não circulante	**35.503**	**33.955**
TOTAL DO ATIVO	**99.495**	**83.411**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Fornecedores	16.918	16.231
Obrigações sociais	2.010	1.779
Obrigações tributárias	10.605	5.041
Dividendos a pagar	6.488	3.834
Empréstimos e financiamentos	-	427
Contas a pagar por aquisições	636	-
Partes relacionadas	36	-
Outros Passivos	45	408
Total do passivo circulante	**36.738**	**27.720**
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações tributárias	16	16
Contas a pagar por aquisições	-	804
Débitos com partes relacionadas	4.513	5.202
Passivos Arrendados	5.479	5.442
Total do passivo não circulante	**10.008**	**11.464**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	24.072	24.072
Reserva de lucros	27.311	19.348
Reserva legal	1.366	807
Total do Patrimônio Líquido	**52.749**	**44.227**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**99.495**	**83.411**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	113.799	102.656
Custo dos serviços prestados	(79.252)	(62.356)
LUCRO BRUTO	**34.547**	**40.300**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	(18.788)	(19.661)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	21
Resultado de equivalência patrimonial	352	(102)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**16.111**	**20.558**
Receitas financeiras	750	250
Despesas financeiras	(1.609)	(1.006)
RESULTADO FINANCEIRO	**(859)**	**(756)**
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**15.252**	**19.802**
Correntes	(6.165)	(3.661)
Diferidos	2.089	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**11.176**	**16.141**

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**11.176**	**16.141**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**11.176**	**16.141**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	11.176	16.141
Ajustes para reconciliar olucro líquido do exercício com o caixa líquido		
gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.242	5.055
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	2.843	5.323
Juros com arrendamento mercantil	1.097	(42)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	15	52
Equivalência patrimonial	(352)	102
Ajuste a valor recuperável de ativos	(11.250)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.089)	-
Baixa ativo intangível	5	-
	4.687	**26.631**
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(5.934)	(20.483)
Estoques	2.327	(2.251)
Impostos a recuperar	(3.976)	23
Outros ativos	336	1.214
Fornecedores	688	5.940
Salários e encargos	231	1.017
Tributos a pagar	5.564	2.507
Outros passivos	(363)	(3.777)
	3.560	**10.821**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(356)	(3.362)
Contas a pagar por aquisição de controladas	11.082	804
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**10.726**	**(2.558)**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamento	(442)	(8.978)
Pagamento de arrendamento mercantil	(3.646)	(2.045)
Partes relacionadas	(690)	4.199
Aumento de capital	-	3.600
Pagamento de dividendos	-	(814)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(4.778)**	**(4.038)**
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento com acionistas	**(4.778)**	**(4.038)**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**9.508**	**4.225**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.894	5.669
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.402	9.894
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**9.508**	**4.225**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Resultado do Exercicio	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**20.472**	**-**	**-**	**8.659**	**29.131**
Integralização de Capital	3.600	-	-	-	3.600
Resultado do exercício	-	-	-	16.141	16.141
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.834)	(3.834)
Constituição de reserva de lucro	-	-	19.348	(19.348)	-
Constituição reserva legal	-	807	-	(807)	-
Ágio na incorporação	-	-	-	(811)	(811)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**24.072**	**807**	**19.348**	**-**	**44.227**
Resultado do exercício	-	-	-	11.176	11.176
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.654)	(2.654)
Constituição de reserva de lucro	-	-	7.963	(7.963)	-
Constituição reserva legal	-	559	-	(559)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**24.072**	**1.366**	**27.311**	**-**	**52.749**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. INFORMAÇÕES GERAIS

INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A. ("Companhia") Sociedade localizada na cidade de Salvador, BA, que atua na área de Oncologia Clínica. A controladora final da Companhia é a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. Esta última é representada pelo fundo Josephina Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II").

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na gestão do negócio. **Continuidade operacional:** A administração têm, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.2. Moeda funcional:** Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4. Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio de resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurado ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Ativo financeiro: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. "Impairment" de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são reconhecidas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5. Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando o conceito de perdas esperadas. **2.6. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. **2.7**. **Imobilizado:** (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado. (ii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para "Máquinas e equipamentos", "Instalações Móveis e utensílios" e "benfeitorias em imóveis de terceiros"; e 20 anos (ou 20% a.a.) para "Computadores e periféricos". **2.8**. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida: São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.9. Arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. A Companhia mensura novamente passivo de arrendamento sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.11. Imposto de renda e contribuição social: Tributos correntes:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Tributos diferidos:** Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, ao diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e ao diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado ou reconhecidos na extensão em que seja identificado prováveis lucros tributados ou não para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240; Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%: A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **2.12. Reconhecimento de receitas:** (i) Serviços: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. (ii) Receitas financeiras: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivo. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.15. Partes relacionadas:** As transações entre partes relacionadas são compostas por contas de mútuos a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) Perdas de Crédito Esperadas e glosas: A Companhia utiliza a matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa n°5. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados em sua totalidade a partir do momento que há um processo judicial vinculado. Em caso de crédito contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados integralmente pelo valor do crédito deduzido por eventuais garantias reais oferecidas pelo devedor. A caracterização da glosa efetiva ocorre no momento da autorização do faturamento pelo convênio. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, que considera as perdas estimadas que são mensuradas considerando as perdas históricas.

(b) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis.

DIRETORIA
Cristiano Affonso Ferreira de Camargo
Raoni Samico Cavalcanti Porto Larena

CONTADORA
Larissa Aparecida Guimarães Januário - MG-117360/O-4